

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	5
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	22
10.8 - Plano de Negócios	23
10.9 - Outros fatores com influência relevante	25

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos**

5.1 em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamentos de riscos destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca a proteção; ii. Os instrumentos utilizados para proteção; iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência. De acordo com o seu Estatuto Social, no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Nas informações descritas já no item 4.1 deste Formulário de Referência são apontadas medidas de mitigação de eventuais riscos que possam ser identificados, complementando-se a seguir:

Com relação aos riscos identificados relacionadas à própria Companhia (emissor):

Do ponto de vista dos riscos relacionados ao emissor, no que diz respeito às **relações laborais**, no item 4.1 está detalhada a atual prática adotada pela Diretoria Recursos, que a denomina como uma política de Passivos Trabalhistas. A área é responsável pelo acompanhamento das demandas judiciais trabalhistas e acompanhamento de contingências. A área de Compras da Companhia é responsável pelo acompanhamento das contratações das empresas terceirizadas.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais cíveis**, a Diretoria Jurídica mantém práticas de redução dos passivos, buscando a realização de acordos judiciais e extrajudiciais. O Estatuto da Companhia prevê limites de alçada (valores) para a Diretoria, para a realização de acordos, em sua gestão, que resultem em exoneração de obrigações ou transação para pôr fim a litígios.

Do ponto de vista dos **passivos judiciais tributários** a área responsável pelo acompanhamento das demandas e acompanhamento de contingências é a Gerência Fiscal da Companhia.

Do ponto de vista da **regulamentação do setor** e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Com relação aos riscos identificados relacionadas aos seus clientes, distribuídos entre os **segmentos de mercados**, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial, gás natural veicular e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações). As Diretorias Comercial, de Gestão de Rede e a Área de Serviços a Clientes possuem estruturas específicas para o acompanhamento dos clientes de cada seguimento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos**

5.2 em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar: a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamentos de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: i. os riscos de mercado para os quais se busca a proteção; ii. A estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado; c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado aprovada formalmente por um órgão da administração, relativa aos riscos identificados no item 4.2 deste Formulário de Referência. De acordo com o seu Estatuto Social, no qual estão descritas as Competências exclusivas de cada órgão da Administração, entende-se que todos os riscos aos quais a Companhia esteja sujeita devem ser analisados individualmente e/ou pontualmente pelo Conselho de Administração. Assim, as operações financeiras de determinados valores (conforme piso fixado no próprio Estatuto Social) a serem contratadas pela Companhia devem ser previamente e individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com as regras previstas no Estatuto Social.

Assim, a Companhia adota e mantém uma gestão de risco financeiro que é entendida como uma orientação à Diretoria, a qual adota um programa de gestão de riscos, que se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros, quais sejam: (a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Assim, a gestão de risco é realizada pela Diretoria Econômico Financeira e de RI, que identifica, avalia e aplica práticas de proteção contra eventuais riscos financeiros, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, quando for o caso.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição possa estar atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão quinquenal tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos (que vierem a ser feitos) indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Atualmente a Companhia não possui nenhum empréstimo ou financiamento contratado em moeda estrangeira.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI ou TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Nos últimos três exercícios não foi contratado nenhum derivativo com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

Em razão deste monitoramento, a Companhia divulgou em suas Demonstrações Financeiras anuais uma análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI ou TJLP, apontada também no item 4.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia mantém, ainda, em sua estrutura operacional, uma área operacional de Controles Internos, embora não possua uma política formalmente aprovada nos termos como descrito neste item.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos****5.3 Em relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da Companhia.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia possui uma área responsável pelo desenvolvimento e aplicação das condutas relacionadas aos controles internos, a qual é responsável pelo relacionamento com o auditor independente, para o acompanhamento das recomendações e para o aprimoramento dos controles internos.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é acompanhada pela Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores que pode realizar reuniões com as diversas áreas envolvidas na Companhia.

O Conselho Fiscal da companhia também acompanha a identificação das recomendações e o aprimoramento dos controles internos da Companhia em suas reuniões e cobra efetividade na implementação de medidas capazes de atenderem as recomendações apontadas pelo auditor externo.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A Administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados (riscos gerais).

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado pelo então pelo auditor externo PwC, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em **31.12.2016, foram identificadas apenas duas Deficiências Significativas (DS)**, além de dezoito outras deficiências.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado também pelo então pelo auditor externo PwC, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo **em 31.12.2017, foi identificada apenas uma Deficiência Significativa (DS)**, sendo observado que a outra deficiência significativa apontada em 2016 foi tratada e resolvida pela Companhia no curso de 2017. Além disso, foram identificadas outras dez deficiências (ODs), observando-se uma redução de deficiência frente a 2016. Tal fato demonstra uma evolução da Companhia com relação aos seus controles internos.

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado pelo auditor externo Ernst & Young Auditores Independentes S/S, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo **em 31.12.2018, não foram apontadas deficiências de controles, mas tão somente pontos de melhoria** num total de 21 itens.

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado pelo auditor externo Ernst & Young Auditores Independentes S/S, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo **em 31.12.2019, foram apontadas apenas 02 deficiências de controles**. Os demais pontos de recomendação levantados foram classificados como **pontos de melhoria** num total de 16 itens. Observa-se, por tanto, uma redução com relação aos pontos de melhoria levantados frente ao ano anterior.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No Relatório de Recomendações para o aprimoramento de Controles Internos emitido pelo Auditor Externos Ernest & Young – EY referente ao exercício findo em 31.12.2019 foram apontadas as seguintes deficiências de controles, relativas a aspectos relacionados à avaliação de sistemas, comentadas em seguida pela Administração da Companhia:

- Ausência de gestão sobre os processos de TI para o sistema SIGEL e SGL (Deficiência de controle) – Recorrente: Comentário do auditor externo: Verificamos que os sistemas SIGEL e SGC não possuem controles formais centralizados numa ferramenta de chamados, com o objetivo de assegurar que todas as mudanças sejam registradas, testadas, aprovadas por um gestor ou ponto focal responsável antes de serem transportadas para o ambiente de produção. Mudanças transportadas para o ambiente de produção sem a realização de testes e/ou sem a aprovação formal de um gestor ou ponto focal responsável podem acarretar em funcionalidades falhas ou inconsistentes com as regras de negócios suportadas pelas aplicações, além de possibilitarem a indisponibilidade ou comprometimento dos dados suportados pelos mesmos. Recomendamos a implantação de uma gestão para os processos de TI para o sistema SIGEL.

Comentários da Administração: O SIGEL foi descontinuado para clientes residenciais em dezembro de 2019 e, para grandes clientes, se encontra em fase final de testes, a previsão é iniciar a utilização a partir de agosto de 2020 o novo sistema contratado para realizar leituras, solução SAAS. A Companhia entende que com esta medida, as melhorias de controle estariam sanadas.

- Ausência de segregação de funções no processo de gerenciamento de mudanças para o sistema CI e SGC (Deficiência de controle).

Comentário do auditor externo: Verificamos que os sistemas CI e SGC são suportados por processos de gerenciamento de mudanças em que as atividades de desenvolvimento e as atividades de transportes das mudanças para o ambiente de produção não são realizadas por equipes distintas e formalmente segregadas. A existência de acessos simultâneos tanto para desenvolver quanto para instalar ou transportar mudanças para ambiente de produção, possibilita que o processo de gerenciamento de mudanças seja ignorado e mudanças sejam realizadas no ambiente de produção sem percorrer as etapas de testes e aprovação, podendo acarretar em funcionalidades falhas ou inconsistentes com as regras de negócios suportadas pelas aplicações, além de possibilitarem a indisponibilidade de aplicações e comprometimento dos dados suportados pelos mesmos. Recomendamos que sejam definidas equipes distintas responsáveis pelo desenvolvimento e transporte de mudanças para o ambiente de produção das aplicações, de forma que a equipe de desenvolvimento não possua acesso ao ambiente de produção. Adicionalmente, recomendamos que todos os acessos existentes atualmente para transporte de mudanças ao ambiente de produção sejam revisados de modo que nenhum desenvolvedor possua acesso simultâneo aos ambientes em questão e nenhum analista de produção possua acesso para realizar desenvolvimentos ou qualquer tipo de alteração na lógica suportada pela aplicação.

Comentários da Administração: As manutenções são realizadas por equipes locais da INDRA que ficam no Brasil e os PaPs (Passagem a Produção) são realizados por equipes de infraestrutura que ficam na Espanha e são inclusive de empresas diferentes, portanto, há segmentação de função.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Fatores de risco

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo: i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas; ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela CEG são: Modelo de Prevenção Penal; Código Ético; Política Anticorrupção e Procedimento de Due Diligence de Contraparte. Os riscos são reavaliados anualmente.

O Programa de Integridade é de responsabilidade colegiada entre Auditoria Interna e Compliance, Jurídico e Economico Financeiro. O responsável pelo Programa de Integridade da Companhia reporta à Diretoria Executiva da Companhia. Sua criação foi aprovada em reunião de Diretoria da sociedade. A Diretoria Executiva adota as medidas necessárias para o desenvolvimento e implantação do modelo de organização e gestão para prevenção de delitos.

O programa se aplica a todos os colaboradores da Companhia, de todos os níveis hierárquicos, incluindo-se a sua administração, o que engloba a Diretoria e o Conselho de Administração e, também o Conselho Fiscal.

São realizados treinamentos sobre tais mecanismos a cada 02 (dois) anos para todos os colaboradores da Companhia, de todos os níveis hierárquicos.

O Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e Operador técnico da Companhia estabeleceu um regime sancionador, mediante a remissão da norma legal aplicável reconhecida na Consolidação de Leis Trabalhistas do Brasil, que se aplica a todos os empregados e colaboradores.

O Código ético é divulgado na página de internet da CEG no link

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/1297266730757/codigo+etico.html>

A Integridade é também um dos sete componentes que compõem as regras de Responsabilidade Corporativa adotadas pela CEG. A Política de Responsabilidade Corporativa do Grupo Gás Natural Fenosa é divulgada no site da CEG no link

<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/conhecamos/a+companhia/reputacao+corporativa/1297092022289/politica+de+responsabilidade+corporativa.html>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros/**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

A Companhia possui um canal de denúncia com mecanismo de anonimato e preservação do denunciante de boa-fé, o qual é interno, não estando a cargo de terceiros e, que é aberto para o recebimento de denúncias de terceiros (que não sejam colaboradores ou empregados da Companhia).

A Companhia possui uma comissão do Código Ético responsável pela apuração das denúncias recebidas através do canal de denúncias.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;**

Sim, tais procedimentos são adotados pelo Grupo controlador da CEG e pela Companhia.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Tendo em vista que a Companhia possui tais regras, este item não é a ela aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****5. Gerenciamento de riscos e controles internos**

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve, no último exercício social, alteração significativa na exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, descritos nas suas Demonstrações Financeiras e no item 4.1 deste Formulário de Referência. Assim, com relação aos riscos ordinários aos quais a Companhia está exposta, não há expectativa de redução ou aumento de sua exposição.

No entanto, considerando-se o cenário trazido pela pandemia do Covid-19 como uma ocasião excepcional e não permanente, a Companhia comentou sobre os riscos aos quais está exposta no item 4.1 deste Formulário de Referência, demonstrando sua análise com relação ao possível inadimplemento de clientes e impossibilidade temporária de executar cortes de serviços. O corte do fornecimento de gás é, logicamente, uma medida de mitigação do risco de inadimplemento. A expectativa é que a Companhia poderá voltar a executar cortes de gás por inadimplemento, retomando a suas ações de gestão de risco ordinárias.

Conforme divulgado nas Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2020, tendo em conta o cenário de crise decorrente da pandemia pela Covid-19: com base nos fatos e circunstâncias existentes até o momento, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. No primeiro trimestre de 2020, a Companhia avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na nota explicativa 1.1.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, permitindo-lhe manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes sobre o gerenciamento de riscos e os controles internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2017, a economia deu os primeiros passos para superar a crise iniciada a partir do segundo semestre de 2014 que mergulhou o país numa grave recessão. Isso porque, embora baixo, o PIB apresentou um crescimento de 1% em 2017, representando um avanço após dois anos consecutivos de queda no crescimento da economia e indicando o fim da recessão. Observa-se uma retomada dos setores produtivos, mas ainda lenta, insuficiente para absorver as 13 milhões de pessoas que chegaram ao final do ano desempregadas. A taxa de desemprego média de 2017 medida pela PNAD Contínua do IBGE ficou em 12,7%. Maior índice da série histórica, iniciada em 2012. O Governo adotou medidas pontuais visando aquecer a economia, como a *liberação do saldo de contas inativas do FGTS* de cerca de 30 milhões de brasileiros para incentivar o consumo e o *lançamento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)*, mais conhecido como novo Refis, para pessoas jurídicas e físicas, visando a regularização de débitos com a Receita Federal. Contudo, as reformas estruturais necessárias caminharam em ritmo lento. A Reforma Tributária não saiu do papel, limitando-se praticamente à adoção do teto para os gastos públicos federais aprovada em 2016. Mesmo com essa medida, o rombo nas contas públicas chegou a R\$ 159 bilhões em 2017. A Reforma Trabalhista foi aprovada, porém com menos alterações do que apontavam as expectativas e entrou em vigor somente em novembro de 2017, mas indica um avanço na contenção do desemprego. E a Reforma Previdenciária foi adiada para 2018, mas ainda impulsiona uma expectativa positiva para o equilíbrio dos gastos públicos. Ainda assim, se observou a recuperação da confiança no país e o otimismo do mercado financeiro, que podem ser medidos pela valorização de 26% do Ibovespa no ano, que voltou ao patamar de 76 mil pontos. Esse resultado decorre da recuperação da produtividade da indústria e do agronegócio (com novos recordes de colheitas) e da expectativa sobre a aprovação da Reforma da Previdência (em 2018), além da expectativa sobre uma simplificação tributária prometida pelo Governo. A taxa básica de juros foi reduzida para 7% no ano, o menor nível da história e, a inflação medida pelo IPCA fechou 2017 em 2,95%, muito abaixo do índice verificado em 2016 (6,29%), lembrando que em 2015 encerrou o ano em 10,67%. O Dólar fechou o ano com alta de 1,99%, a R\$ 3,314. Diversos fatores influenciaram a variação da cotação da moeda em 2017, entre eles três aumentos da taxa de juros nos Estados Unidos e a delação premiada de executivos da JBS em processos da Lava Jato, que abalaram a imagem do Governo Federal e chegaram a causar uma alta de 8,15%, sendo cotada a R\$ 3,389, valor máximo no ano. A Crise enfrentada também pelos Governos estaduais – desde 2016, quando os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul decretaram estado de calamidade financeira – não foi superada. O Estado do Rio de Janeiro ingressou no RRF – Regime de Recuperação Fiscal lançado pelo Governo Federal, em meados de 2017, através da Lei Complementar 159/2017 regulamentada pelos Decretos 9.109/2017 e 9.112/2017. O plano implica no compromisso de o Estado iniciar reformas econômicas estruturantes e na adoção de medidas que permitam sua sustentabilidade financeira no longo prazo. O socorro ao Estado do Rio de Janeiro permitiu ao Governo Estadual, gradativamente, começar a colocar as contas em dia, conseguindo ao menos reduzir os atrasos nas folhas de pagamentos dos servidores públicos somente ao final de 2017. Entre os compromissos assumidos com o Governo Federal para o recebimento da ajuda pelos próximos 03 anos, está a venda da CEDAE, aprovada pela ALERJ, e a reforma nas regras de aposentadoria do funcionalismo público, assuntos que foram acompanhados de manifestações populares contrárias à decisão.

No setor de óleo e gás, o ano de 2017 foi marcado pelo resultado da 14ª rodada de licitações de blocos do pós-sal em setembro de 2017, que resultou na assinatura de 32 contratos de concessão de exploração de petróleo e gás, com a arrecadação de R\$ 3,8 bilhões. Além disso, a Petrobras colocou em prática sua nova política de preços de combustíveis, pautada na flutuação da *commodity* e que vem resultando em consecutivos aumentos no mercado nacional, segundo o seu atual Presidente, Pedro Parente, necessários à saúde financeira da petroleira. A cotação do barril do Petróleo se manteve estável ao longo do ano de 2017, sem grandes flutuações, como observado no período compreendido entre o segundo semestre de 2014 a janeiro de 2016, quando caiu da casa dos US\$ 100,00 para a casa dos US\$ 30,00, recuperando-se somente ao final de 2016 quando chegou a ser cotado na casa de US\$ 50,00. Ao final de 2017, o Brent fechou cotado a US\$64,21 o barril, com um pequeno aumento frente ao valor da cotação em dezembro de 2016 (US\$ 54,07). A Petrobras deu continuidade aos programas internos implantados em 2016 visando a nova política de preços, a reestruturação de seu modelo de governança e plano de desinvestimentos até 2019 e, obteve alguns resultados positivos, a começar pela recuperação de sua imagem. As ações preferenciais (PETR4) que em janeiro de 2016 foram cotados ao menor valor histórico chegando a casa dos R\$ 5 e ao final de 2017 estavam cotadas a R\$ 16,10, no mês de fevereiro de 2018 já estava cotada na casa dos R\$ 20. A produção média de Petróleo no país foi de 2,15 milhões de barris por dia (bpd), ou seja, 0,4% acima do resultado de 2016, volume recorde e que está de acordo com a meta estimada pela Petrobras. A produção de gás natural da Petrobras também atingiu volume recorde de 79,6 milhões de metros cúbicos por dia (Mm³/d). Na camada do pré-sal, a média anual da produção operada, que abrange a parcela da Petrobras e parceiros, somou 1,29 milhão de bpd, um avanço de 26% frente ao ano anterior.

O plano “Gás para Crescer” lançado pelo Governo em 2016, que visa a liberação dos mercados de gás introduzindo mudanças estruturais para viabilizar um maior investimento e participação privada em toda a cadeia (produção, comercialização, importação, transporte e distribuição) apresentou avanço com a criação de 08 subcomitês temáticos, em 2017, que compõem o Comitê Técnico para Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural (CT-GN). O Objetivo do CT-GN e seus subcomitês é propor medidas que garantam uma transição gradual para o setor, antes monopolizado pela Petrobrás, assim, tais órgãos devem avaliar propostas que envolvam alterações legais e regulatórias do setor.

De acordo com a Abegás, o volume de gás natural consumido no país experimentou um crescimento de 7,2% em comparação com 2016, sendo consumidos 65,85Mm³/dia no ano, frente ao total de 61,43 Mm³/dia no ano anterior. Todos os setores apresentaram incremento de consumo, o que demonstra a recuperação das atividades produtivas do país e da economia. A indústria teve um crescimento de 3,28% no consumo nacional frente a 2016; o consumo de GNV – Gás Natural Veicular apresentou aumento de 8,74% em 2017 consolidando sua curva de crescimento observada nos últimos 24 meses, impactado pelo aumento frequente dos valores dos demais combustíveis; no setor comercial o consumo teve uma alta de 5,73%; no residencial o desempenho mostra um incremento de 5,56%; na geração elétrica o aumento foi de 37,88% frente a 2016; na co-geração o incremento foi de 11,63% frente a 2016. Os destaques de crescimento de consumo da região Nordeste do país, segundo o levantamento da Abegás, foram nos segmentos automotivo (7,8%) e de geração elétrica (15,6%), este último impactado, ainda, pela nova redução dos níveis de reservatórios de água na região ao longo de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2018, Em 2018 foi possível observar uma recuperação da economia, embora ainda lenta, com um aumento de 1,1% do PIB frente a 2017, e um índice de desemprego ainda elevado, em 12,3% ao final de 2018. Nova redução da taxa básica de juros SELIC, de 7% para 6,5% no ano, representa novo recorde, atingindo o menor nível histórico. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, sofreu um pequeno aumento frente a 2017 fechando em 3,75%, porém dentro da meta do Governo.

Apesar de controlada, a inflação foi impactada pela disparada dos preços dos combustíveis e custo dos transportes, fatos que culminaram na greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias, no final de maio de 2018, paralisou o país e resultou no desabastecimento de alimentos, elevando os preços também de diversos itens de hortifrúti, afetando a produção, o consumo e assim o PIB de 2018. O dólar atingiu altas históricas ao longo do ano, mas fechou cotado a R\$ 3,90. Em um contexto otimista do mercado, o Ibovespa fechou o ano com alta de 15%, cotado a 87.887,26 pontos.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país informada no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), em dezembro de 2018, foi de 944,1 milhões de barris, com média diária de 2.586 Mbb/d, apresentando uma redução de 1% em relação a produção de petróleo realizada em 2017. Já a produção de gás natural, em 2018, correspondeu a 40,8 bilhões de m³, com média diária de 111 MMm³/d. Neste caso, apresentando um aumento de 1% em relação a 2017.

De acordo com a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o volume total de gás natural consumido no país em 2018, com média de 64 milhões de m³/dia, foi 2,8% inferior ao volume consumido em 2017. Essa redução foi impactada pelo menor consumo das termelétricas (menos 11,4% frente a 2017), especialmente a partir de outubro de 2018, após a decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de desligar as termelétricas despachadas fora da ordem de mérito.

Em todo o país, todos os demais segmentos consumiram volumes de gás acima do registrado em 2017. A indústria registrou um crescimento de 4,3% no consumo nacional frente a 2017, apontando para uma recuperação do setor. O consumo de gás natural veicular (GNV) apresentou aumento de 12,25% em 2018, favorecido pelo aumento frequente dos valores dos outros combustíveis e pela greve dos caminhoneiros, que causou escassez dos demais combustíveis e acabou por favorecer o aumento de conversões de veículos para o gás natural e, consequentemente, o aumento das vendas do setor. No comércio, o consumo nacional teve uma alta de 7,94%. O desempenho do consumo de gás residencial mostra um incremento de 7,05% e na cogeração de energia o aumento correspondeu a 7,28% frente a 2017.

Em 2019, O Produto Interno Bruto – PIB cresceu 1,1% em 2019. O índice se manteve estável com relação a 2018 frustrando o crescimento esperado para o ano. Isso demonstra uma recuperação da economia, ainda em ritmo lento. A taxa de desemprego caiu de 12,3%, em 2018, para 11,9%, em 2019 (variação de apenas -0,4%), o que contribui para a lenta recuperação da economia.

A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2019 em 4,5%, atingindo nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, sofreu discreto aumento passando de 3,75%, em 2018, para 4,31%, em 2019. Superou a meta (4,25%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,75% e 5,75%).

O dólar acumulou alta de 3,5% em 2019 fechando o ano cotado a R\$ 4,0098. A guerra comercial entre Estados Unidos e China, o cenário político na América do Sul, a queda da taxa SELIC, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - informada no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 1,299 bilhão de barris em dezembro de 2019, com média diária de 2,787 Mbb/d, resultando num acréscimo de 7,78% em relação à produção de 2018. Já a produção de gás natural, correspondeu a 122,53 MMm³/d registrando um aumento de 9,46% em relação a 2018.

De acordo com a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2019 foi 0,97% superior ao volume consumido em 2018, mantendo-se estável. A média de consumo no país foi de 64,626 milhões de m³/dia frente a 64,007 milhões de m³/dia, em 2018.

O consumo das termelétricas, ainda segundo a Abegás, subiu 3,25% no ano, alcançando 23,89 milhões de m³/d. Já as vendas para o segmento industrial se mantiveram estáveis com ligeira queda de 0,96%, para 27,97 milhões de m³/d. O consumo do mercado convencional chegou a 40,72 milhões de m³/d em 2019, apenas 0,3% abaixo dos 40,86 milhões de m³/d de 2018. O destaque positivo foi o crescimento das vendas para o mercado de GNV, com aumento de 3,24%, alcançando 6,056 milhões de m³/d em 2019.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- (i) hipóteses de resgate;
- (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 2018 não houve alteração no quadro societário da Companhia. Em 31 de dezembro o capital social era representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme quadro abaixo:

Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), e mesma quantidade de ações que integram o capital social.

Em 2016 a controladora e operadora técnica da Companhia teve alterada sua razão social passando de Gas Natural Internacional SDG S.A para Gas Natural Distribución Latioamérica S/A. Neste mesmo ano, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, todas ordinárias, sem alteração do valor do capital social, na proporção de 01 (uma) ação para 200 (duzentas), passando o total do capital social a ser representado por 259.637.732 ações, mantendo a proporção da participação de todos os seus acionistas.

Em julho de 2018 o Grupo Gas Natural Fenosa, controlador e operador técnico desta empresa, modificou sua marca passando a ser denominado Naturgy. Em continuação a essa mudança, em dezembro de 2018, todas as empresas operadas e controladas pelo Grupo no Brasil também passaram a incorporar a nova marca em sua identidade visual, porém sem alteração da razão social. A nova marca e identidade visual da CEG não decorrem e nem resultam em mudança do seu controle acionário, nem em qualquer alteração de sua composição acionária ou de sua administração. A mudança de marca foi precedida de comunicação à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa e, desde o seu lançamento, passou a ser divulgada amplamente, a fim de informar não apenas ao mercado, aos acionistas e investidores da empresa, mas também a todos os seus clientes, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que são mantidas em tesouraria.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos principalmente de médio e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem.

O endividamento da empresa, que era de 43,3% em 2016, caiu para 40,6% em 2017, em razão principalmente, de um melhor resultado financeiro obtido em 2017, com a redução do custo financeiro, impactado principalmente pela redução da taxa Selic, que gerou menor gasto financeiro com dívida. Em 2018 o endividamento da Companhia passou a 37%. Em 2019, manteve-se o mesmo cenário de redução da taxa Selic para mínima histórica, reduzindo o custo financeiro. O endividamento da Companhia passou para 50%, principalmente em razão da aprovação da reversão de parte das reservas em dividendos adicionais, favorecendo a remuneração dos acionistas, sem impactar de forma relevante a gestão do endividamento.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

Conforme comentário no item a seguir (10.2) desse Formulário e Referência, a Companhia vem acompanhando a evolução da pandemia pelo Coronavírus (Covid-19). Nas Informações Trimestrais do 1º. Trimestre de 2020, a Companhia divulgou que revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o período findo em 31 de março de 2020, e entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes. Desta forma, considerando as revisões realizadas, a Companhia mantém sua capacidade de pagamento em razão aos compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro: Operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano e não tem garantias oferecidas e cláusulas de *covenants*. A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	999.618	902.779
	999.618	902.779
Total do passivo		
Circulante	101.395	227.979
Não circulante	898.223	674.800
	999.618	902.779

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização nas operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais): FN(*) Financiamento; LC(*) Linha de Crédito. A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Indexadores	Vencimento	Lc (*)	31/12/2019		31/12/2018	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional							
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	25/05/2021	100%	15.496	357.423	7.939	360.000
	CDI+1,49%	On Demand	100%	6.685	-	-	-
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+1,15%	07/08/2023					
			100%	3.874	150.000	11.564	150.000
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	692	100.000	143.604	-
	CDI+0,95%	On Demand	100%	29.173	-	-	-
ING Bank	CDI+1,3%	15/06/2021	100%	1.886	50.000	2.062	50.000
Banco Intesa San Paolo	9,70%	08/07/2020	100%	41.864	-	1.788	40.000
Banco Itaú	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	1.512	150.800	674	44.800
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	12/01/2023	100%	213	90.000	60.348	30.000
Total empréstimos e financiamentos				101.395	898.223	227.979	674.800

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2019	2018
2020	-	334.800
2021	180.000	180.000
2022	510.800	160.000
2023	207.423	-
	898.223	674.800

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (f.i) acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas. Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 16,1 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dando prosseguimento a sua política de financiamento de parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, em dezembro de 2010, a empresa contratou financiamento no montante total de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012, com previsão de desembolsos até o ano de 2013 e vencimentos em 2018, não se tomando novo crédito.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações significativas nos itens das demonstrações financeiras. Destaca-se apenas a adoção da Norma contábil de Arrendamento (CPC06(R2)). A Companhia adotou o CPC 06 (R2) "Arrendamentos", de forma retrospectiva, com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019.

A adoção inicial desta norma resultou no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$15.643 em 1º de janeiro de 2019. A Administração da Companhia concluiu o estudo sobre os impactos dessa nova norma em suas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) estimativa do prazo do arrendamento, considerando um período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do arrendamento, quando esse exercício depender apenas da Companhia e estiver razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes ao setor; (iii) uso de premissas no cálculo da taxa de desconto, que foi baseada na taxa de juros incremental do período do contrato; (iv) desenho e implementação de controles internos para capturar adequadamente modificação ou cancelamento de contratos devido ao curso do vencimento do arrendamento e identificação de novos contratos de arrendamento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores****10.2 Os diretores devem comenta****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

As receitas são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008. Em 01 de junho de 2017 foi firmado o aditivo nº 12 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2021, visando aumentar as Quantidades Diárias Contratuais – QDC para alinhar as retiradas de gás junto aos compromissos contratuais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2016**, o cenário econômico desfavorável enfrentado em 2015 não apresentou recuperação. Com a forte desaceleração da economia e a consequente redução da atividade industrial desde 2015, o consumo de energia elétrica continuou afetado em 2016, observando-se na verdade um excedente de energia elétrica. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.591,9 Mil m3/dia, apresentando uma redução de -26,1% no total frente a 2015, quando somaram 14.339,7 Mil m3/dia. Esse resultado negativo decorreu principalmente da redução de -36,3% nas vendas para a Geração Elétrica. As vendas de gás convencional apresentaram uma redução de -0,8% com relação a 2015, impactadas principalmente pelas vendas para a indústria. O número total de clientes da Ceg ao final de 2016 somou 907.309, havendo um aumento de 3,9% com relação a 2015, quando a Companhia encerrou o ano com 873.585 clientes. Desta forma, a diversificação de seus mercados e os constantes investimentos na captação de novos clientes em cada um dos segmentos garantem à Ceg melhores condições de suportar crises que afetem mais diretamente a um determinado seguimento.

Em **2017**, a economia começou a apresentar recuperação, assim as vendas de gás e o resultado da Companhia, em geral, foram positivamente impactados. O número de clientes ao final de 2017 somou 940.298, havendo um aumento de 3,64% frente a 2016, mantendo-se o ritmo de crescimento da Companhia. Mangaratiba passou a ser atendido em 2017 por meio do sistema de GNC e Japerí passou a ser abastecido através de rede de gás canalizado. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 13.072 Mil m3/dia, apresentando um aumento de 23,42%, frente a 2016, quando somaram 10.591,9 Mil m3/dia. As vendas de gás para o mercado convencional apresentaram um aumento de 6,58% com relação a 2016, puxado principalmente pelas vendas de GNV. Mas o resultado positivo das vendas decorreu principalmente do aumento de 33,88% nas vendas para a Geração Elétrica. Nesse sentido, tendo em conta a combinação de dois aspectos – a incipiente retomada da atividade industrial, que demandou maior consumo de energia elétrica no país, retornando ao acionamento das usinas termelétricas a gás; e associado a isso, a redução dos níveis de água nos reservatórios do Sudeste, que também levaram à necessidade de acionamento das termelétricas a gás – verificou-se a recuperação das vendas da Companhia para geração elétrica.

Em **2018**, não se verificou grande alteração no cenário econômico frente a 2017, mantendo-se uma recuperação da economia ainda bastante lenta. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 11.515,80 m3/dia, apresentando uma redução -11,91%, frente a 2017. Essa redução decorreu principalmente em razão da queda das vendas para geração elétrica (-19,33%), conforme decisão do governo de reduzir o acionamento de termelétricas no curso do ano. As vendas para indústria recuaram 4,11% frente ao ano anterior, reflexo da redução no número de clientes (-41) no ano. As vendas totais para o comércio também sofreram redução, de -5,80%, apesar do aumento do número de clientes nesse segmento. E isso porque embora a empresa tenha passado a atender a novos 284 pequenos comércios, deixou de atender clientes comerciais de grande porte. O segmento residencial manteve o mesmo volume de crescimento observado em 2017 com um incremento de 1,23% em 2018, resultado principalmente do aumento do número de clientes residenciais no ano (14.114). Destaque para as vendas do segmento GNV que em 2018 apresentaram um aumento de 8,14%, melhorando o resultado das vendas convencionais no ano. A ligação de 06 novos postos e o frequente aumento dos demais combustíveis favoreceu este resultado. Além disso, a greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias no final do mês de maio, causou a escassez dos demais combustíveis no Rio de Janeiro, estimulando as conversões dos veículos para o GNV. A empresa atingiu, em 2018, o total de 954.631 clientes, passando a atender a mais 14.333 novos clientes de todos os seguimentos, o que representa um aumento de 1,52% frente a 2017.

Em **2019**, novamente não se verificou grandes alterações no cenário econômico frente a 2018, inclusive com a manutenção do PIB em 1,1%, como no ano anterior. Assim, não se verificou crescimento econômico não favorecendo o consumo de gás pelos mercados atendidos pela Companhia. Apenas o segmento GNV teve incremento nas vendas frente ao ano anterior. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.319,1 Mil m3/dia, apresentando uma redução de -10,39%, frente a 2018. Essa redução decorreu principalmente em razão da queda das vendas para geração elétrica (-20,82%). Apesar desse cenário, a Companhia atuou na captação

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

de clientes, que teve um incremento de 9.325 novos clientes na sua área de concessão. O Governo Federal criou o Programa do Novo Mercado de gás que vem ainda se desenhando. Com a criação desse novo programa no âmbito federal, tornam-se necessárias adequações das regulações estaduais às mudanças implementadas no programa. Desta forma, a Companhia vem acompanhando as modificações implantadas no âmbito do Governo do Estado, inclusive por atuação da agência reguladora estadual, a Agerensa. Neste contexto, a distribuidora tem atuado em conjunto com a agência reguladora, o Governo do Estado e outros atores do mercado carioca, visando possibilitar a abertura do mercado, de forma transparente, visando a garantia da segurança jurídica e o cumprimento do Contrato de Concessão. As principais regras que constam da regulamentação da AGENERSA são, dentre outras, a definição de critérios de enquadramento de agentes livres, procedimentos para aquisição de gás pela distribuidora por meio de chamamentos públicos e regras e formas de remuneração relacionadas gasodutos dedicados. A Deliberação da AGENERSA ainda está em fase de julgamento de embargos interpostos por todos os agentes do mercado, inclusive, pela distribuidora.

Conforme nota explicativa de eventos subsequentes divulgadas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2019, desde o início de 2020, a Companhia acompanha a propagação do Novo Coronavírus ao redor do mundo. Assim, efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras. Naquele momento não era possível mensurar de forma precisa ou antecipar eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do Covid-19. Contudo, considerando as novas legislações publicadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em especial a Lei 8769/2020, a Companhia diligenciou junto ao mercado financeiro novas linhas de crédito que possam garantir possíveis necessidades de fluxo de caixa, motivadas, principalmente, por eventual incremento na inadimplência. Adicionalmente, a Companhia mantém relação próxima com seus fornecedores e, havendo necessidade, poderá buscar a extensão de prazos para pagamentos. Por fim, a Companhia entende que as condições do contrato de concessão, bem como o prazo remanescente deste, permitem absorver todos os impactos financeiros decorrentes da Pandemia.

Na oportunidade da divulgação das Informações Contábeis Intermediárias do Primeiro Trimestre (ITR) 2020, a Companhia divulgou diversas ações adotadas relativamente aos possíveis impactos da pandemia. Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o período findo em 31 de março de 2020, incluindo, mas não se limitando à: i) desempenho da demanda de gás, ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; iii) variação dos indicadores macroeconômicos; iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo e v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros. A Administração da Companhia declarou que entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Inicialmente, é importante destacar que a Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Em **2016**, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) até o terceiro trimestre de 2016 foi de manutenção da taxa básica de juros (Selic). Com a baixa atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central iniciou a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 14,25% para 13,75%, em dezembro de 2016. A Companhia apresentou em 2016 um maior custo financeiro, impactado principalmente pela manutenção da taxa Selic e em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2016, o valor negativo de R\$ 111.530 mil, frente ao valor negativo de R\$ 101.419 em 2015. A dívida bruta da Companhia passou de R\$ 877.579 milhões em 2015 para R\$ 938.290 milhões em 2016. O endividamento financeiro da empresa, que era de 42,3% em 2015, subiu para 43% em 2016.

Em **2017**, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no início de 2017, foi de redução da taxa básica de juros (Selic). Com a baixa atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central iniciou a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 13,75% para 7,00%, em dezembro de 2017. A Companhia apresentou em 2017 um menor custo financeiro, impactado principalmente pela redução da taxa Selic e em função da diminuição do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2017, o valor negativo de R\$ 106.443 mil, frente ao valor negativo de R\$ 111.530 em 2016. A dívida bruta da Companhia passou de R\$ 938.290 milhões em 2016 para R\$ 920.581 milhões em 2017.

Em **2018**, com a lenta recuperação da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 7,00% para 6,50%, em 2018. Embora a empresa tenha reduzido os custos com a dívida, foi necessário registrar, ao longo de 2018, contingências de processos judiciais que impactaram o resultado. Assim, o resultado financeiro apresentou, em 2018, o valor negativo de R\$ 161.778 mil, frente ao valor negativo de R\$ 106.443 em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em **2019**, com a discreta retomada da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 6,50% para 4,50%, em 2019. Assim, a Companhia apresentou em 2019 um menor custo financeiro impactado principalmente pela redução da taxa Selic. O resultado financeiro apresentou, em 2019, o valor negativo de R\$ 51.374, frente ao valor de R\$ 182.455 em 2018. O endividamento da empresa, que era de 37% em 2018, passou para 50%, em 2019 principalmente em razão da aprovação da reversão de parte das reservas em dividendos adicionais, favorecendo a remuneração dos acionistas, sem impactar de forma relevante a gestão do endividamento.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em **2004 e 2005**, a Companhia assinou dois Termos Aditivos ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, a Companhia assumiu o compromisso de estender o fornecimento de gás canalizado aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá. O município de Guapimirim já se encontrava atendido por rede de gás canalizado ao final de 2009.

Em **2009**, no curso do processo administrativo no qual foi analisada a revisão quinquenal das tarifas (2008-2012), a Companhia apresentou à agência reguladora um Plano de Investimentos, e obteve a aprovação da revisão dos compromissos assumidos relativamente aos municípios de Mangaratiba e Maricá. Desta forma, foram ajustados novos compromissos por meio dos quais a companhia comprometeu-se a fornecer Gás Natural Comprimido – GNC a estes municípios, representando a introdução do seguimento operacional de fornecimento de GNC.

Em **2010** a Companhia cumpriu o compromisso assumido em relação ao município de Maricá dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Entre **2011 e 2013** não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

No final de **2014**, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005, e, concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio dos sistemas GNC e GNL a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os municípios mencionados naqueles aditivos.

Entre **2015 e 2019** não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2019 não houve alteração no quadro societário da Companhia, não sendo realizada nenhuma das operações indicadas neste item.

c. eventos ou operações não usuais

Entre **2016 e 2019** não houve eventos ou operações não usuais que causem efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia ou em seus resultados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores**10.4 Os diretores devem comentar:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) teve adoção requerida a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o IAS 17.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, na data em que o bem arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com depreciação do ativo de direito de uso e a despesa com juros sobre o passivo de arrendamento. Serão reconhecidas despesas financeiras no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia aplicou as seguintes políticas, estimativas e critérios:

- Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2);
- Efeito de transição, a Companhia optou por aplicar o enfoque retrospectivo modificado e não vai reapresentar valores comparativos de anos anteriores;
- Optou por mensurar o direito de uso inicial do ativo por um montante igual ao passivo por arrendamento em 1º de janeiro de 2019, na forma do que dispõe o expediente prático C3 do CPC 06 R2;
- Adotou a taxa de juros efetiva fixa de financiamento por carteira homogênea de arrendamentos e prazo de contrato;
- Para determinar o prazo dos arrendamentos como o período não cancelável, considerou o prazo inicial de cada contrato, salvo se a Companhia tenha opção unilateral de renovação ou término e que tenha certeza razoável de que exercerá tal opção, neste caso, se considerará o correspondente prazo de ampliação o término antecipado.

Como impactos derivados da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica de imobilizado arrendado (ativos de direito de uso) no montante de R\$15.643, os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos, conforme Nota Explicativa nº 14.

Em síntese, os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldo do balanço 31/12/2018	Adoção CPC06-R2	Movimentação Demais contas	Saldo do balanço 30/09/2019
Ativo				
Circulante	705.959	-	(74.411)	631.548
Não circulante	2.551.271	9.409	53.295	2.613.975
Total do ativo	3.257.230	9.409	(21.116)	3.245.523
Passivo				
Circulante	852.300	4.754	114.982	972.036
Não circulante	1.111.593	4.845	244.013	1.360.451
Patrimônio líquido	1.293.337	-	(380.301)	913.036
Total do passivo e patrimônio líquido	3.257.230	9.599	(21.306)	3.245.523

Outras normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2019:

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas informações contábeis da Sociedade:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro:

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – Income Taxes) quando houver incerteza acerca de uma determinada transação ou circunstância em relação à incidência do IRPJ e da CSLL. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Eventuais efeitos estão descritos no item anterior.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes nos últimos três exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada: Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$202.933 (R\$167.157 em 31 de dezembro de 2018).
- b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais: Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
- c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.
- d) Vida útil do ativo intangível: A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia não superior ao período de concessão. Anualmente, a Companhia revisa a vida útil desses ativos.
- e) Provisão para contingência: A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.
- f) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19 das DFs.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

10. Comentários dos diretores

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, não se aplicando à Companhia as hipóteses descritas nesse item.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

Após a conclusão de projetos importantes previstos para o quinquênio 2013-2017 - visando atender a 02 novos municípios, Mangaratiba e Maricá, com GNC no sistema estruturante; e ao projeto de gaseificação do município de Japeri, os quais demandaram grandes investimentos em 2017, chegando a R\$ 274.318 mil – a empresa investiu, em 2018, um total de R\$ 154.099 mil, garantindo a manutenção necessária à segurança da rede de distribuição.

O ritmo dos investimentos operacionais em 2018 sofreu uma desaceleração (-43,82%) frente a 2017, considerando-se que até dezembro ainda estava em curso o processo de Revisão Tarifária para o quinquênio 2018-2022, por meio do qual será definido o volume de investimentos que a empresa deverá realizar ainda nos próximos 04 anos. Desta forma, foram investidos R\$ 70.294 mil na renovação de redes de gás canalizado locais em 2018, um montante de -42,53% frente a 2017. Na expansão da rede foram investidos R\$ 71.202 mil, valor -34,94% inferior ao investido em 2017. A empresa também reduziu, em 30%, frente a 2017, seus investimentos em TI, Frota e Instalações, somando em 2018 um total de R\$ 12.603 mil.

Desde 2019 continua em curso o processo de Revisão Tarifária para o quinquênio 2018-2022, por meio do qual será definido pela Agência Reguladora o volume de investimentos que a empresa deverá realizar no quinquênio 2018-2022. Assim, no ano foi investido um total de R\$ 160.520 mil, garantindo a manutenção necessária à segurança da rede de distribuição. Frente a 2018, o volume de investimentos foi 4,2% superior. A maior parte desses investimentos, no montante de R\$ 85.367 mil, foi destinada a Conservação e Renovação de Redes. O volume destinado a Expansão das redes correspondeu a R\$ 55.891 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito ou captação de recursos junto à bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Entre **2012 e 2016** não houve desinvestimentos.

Em **2017** foi concluída a venda de um terreno com 7.132,25 m² localizado no endereço Rua Pedro Jorio, nº 415, Coelho Neto, Rio de Janeiro, a qual foi realizada por meio de leilão eletrônico.

Em **2018 e 2019** não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção